



TAUBATÉ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ - SÃO PAULO

GUARDA CIVIL MUNICIPAL 3ª CLASSE

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico Aplicado à Matemática
- ▶ Noções de Informática e Governo Digital
- ▶ Noções de Administração Pública, Ética, Cidadania, Hierarquia e Disciplina
- ▶ Conhecimentos Específicos: Segurança Pública Municipal, Legislação Aplicada à Guarda Civil Municipal e Atuação Preventiva

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2026 - EDITAL 02



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



TAUBATÉ - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ - SÃO PAULO

Guarda Civil Municipal 3ª Classe

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 – EDITAL 02

CÓD: SL-125JL-26
7901183002795

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos de diferentes gêneros	9
2. Identificação do tema, da finalidade, da ideia central e das informações explícitas e implícitas do texto	13
3. Relações entre partes do texto	17
4. Inferência de sentidos	21
5. Coerência e coesão textual	22
6. Sentido de palavras e expressões no contexto. Sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos	26
7. Ortografia oficial	29
8. Acentuação gráfica	33
9. Pontuação	34
10. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção	41
11. Flexão nominal e verbal	51
12. Concordância nominal e verbal	53
13. Regência nominal e verbal	57
14. Crase	61
15. Colocação pronominal	63
16. Estrutura e formação de palavras	65
17. Frase, oração e período. Termos essenciais, integrantes e acessórios da oração	69
18. Variedades linguísticas	73
19. Adequação da linguagem à situação comunicativa	75

Raciocínio Lógico Aplicado à Matemática

1. Operações com números naturais, inteiros, racionais e reais. Frações, números decimais	81
2. Porcentagem	91
3. Razão e proporção	93
4. Regra de três simples	95
5. Medidas de comprimento, massa, capacidade, tempo e área	95
6. Sistema monetário brasileiro	99
7. Leitura e interpretação de informações numéricas	101
8. Sequências numéricas e padrões lógicos	108
9. Noções de lógica: proposições simples, negação, conectivos, equivalência e implicação	109
10. Resolução de situações-problema envolvendo as quatro operações. Problemas envolvendo raciocínio sequencial, comparação, classificação, ordenação e análise de possibilidades	117

Noções de Informática e Governo Digital

1. Conceitos básicos de informática	125
2. Hardware, software, periféricos e dispositivos de entrada e saída	126
3. Sistemas operacionais: área de trabalho, arquivos, pastas, atalhos e organização de documentos	131
4. Editor de textos: criação, edição, formatação, tabelas, impressão e salvamento de documentos	139

1. Planilhas eletrônicas: células, linhas, colunas, fórmulas simples, funções básicas, organização e interpretação de dados	142
2. Internet e navegação: sites, links, pesquisas, downloads e segurança na navegação	145
3. Correio eletrônico: envio, recebimento, anexos, organização e boas práticas de comunicação	148
4. Armazenamento em nuvem e compartilhamento de arquivos. Ferramentas de colaboração, formulários eletrônicos	152
5. Serviços digitais	156
6. Noções de Governo Digital e atendimento digital ao cidadão	157
7. Segurança da informação: senhas, autenticação, golpes virtuais, engenharia social, proteção de dados e uso responsável dos recursos tecnológicos	158
8. Cópias de segurança	162

Noções de Administração Pública, Ética, Cidadania, Hierarquia e Disciplina

1. Administração Pública: princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência	167
2. Serviço público	169
3. Deveres do servidor público e interesse público	172
4. Responsabilidade, assiduidade, pontualidade, urbanidade, zelo, lealdade institucional e eficiência no exercício da função pública; Ética no serviço público	173
5. Conduta funcional e postura profissional	176
6. Relações interpessoais no ambiente de trabalho	181
7. Atendimento ao público e respeito ao cidadão	184
8. Cidadania, direitos e deveres individuais e coletivos	193
9. Hierarquia e disciplina no serviço público	197
10. Cumprimento de ordens legais; Responsabilidade pelos atos praticados no exercício da função; Sigilo funcional	200
11. Uso adequado de bens, equipamentos e informações públicas	203
12. Noções de organização administrativa municipal	207

Conhecimentos Específicos: Segurança Pública Municipal, Legislação Aplicada à Guarda Civil Municipal e Atuação Preventiva

1. Conceito, finalidade e organização constitucional	215
2. Segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos	217
3. Papel dos Municípios na segurança pública	219
4. Guarda Civil Municipal: natureza, finalidade, atribuições, princípios de atuação e limites funcionais; Competências gerais e específicas das Guardas Municipais; Proteção de bens, serviços, instalações e próprios públicos municipais	222
5. Constituição Federal: segurança pública e guardas municipais	224
6. Lei Federal n.º 13.022/2014 — Estatuto Geral das Guardas Municipais	227
7. Lei Federal n.º 13.675/2018 — Sistema Único de Segurança Pública e Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social	230
8. Vigilância interna e externa dos próprios públicos municipais	242
9. Atuação preventiva e comunitária da Guarda Civil Municipal	244

ÍNDICE

1. Preservação da ordem pública local e proteção do patrimônio público.....	246
2. Poder de polícia administrativa municipal: conceito, finalidade, limites e formas de atuação	249
3. Uso legal, proporcional e responsável da autoridade.....	251
4. Abordagem, orientação e atendimento ao cidadão	253
5. Mediação de conflitos; Prevenção à violência	255
6. Direitos humanos aplicados à atuação da Guarda Civil Municipal: Dignidade da pessoa humana; Igualdade, respeito à diversidade, proteção de grupos vulneráveis e atendimento humanizado	257
7. Noções de cidadania e convivência social	260
8. Conduta ética na atividade de segurança pública municipal	263
9. Hierarquia, disciplina, responsabilidade funcional e deveres do Guarda Civil Municipal.....	266
10. Cumprimento de ordens legais.....	268
11. Iniciativa, firmeza, equilíbrio emocional, urbanidade e responsabilidade na atuação funcional	268
12. Integração da Guarda Civil Municipal com os demais órgãos de segurança pública e defesa social	271
13. Noções de prevenção, patrulhamento preventivo, presença institucional e atuação em espaços públicos	273
14. Noções de atendimento inicial em situações de emergência, preservação de local de ocorrência e comunicação à autoridade competente	276
15. Legislação municipal pertinente à Guarda Civil Municipal, à organização administrativa, ao regime disciplinar, ao estatuto dos servidores e às normas locais de postura, uso de espaços públicos e proteção do patrimônio municipal, quando expressamente indicada no edital	279

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

RACIOCÍNIO LÓGICO APLICADO À MATEMÁTICA

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. FRAÇÕES, NÚMEROS DECIMAIS

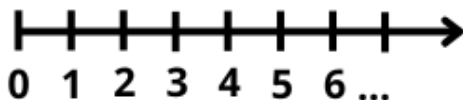
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra $\mathbb{N}$ e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Ex.: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Ex.: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Ex.: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

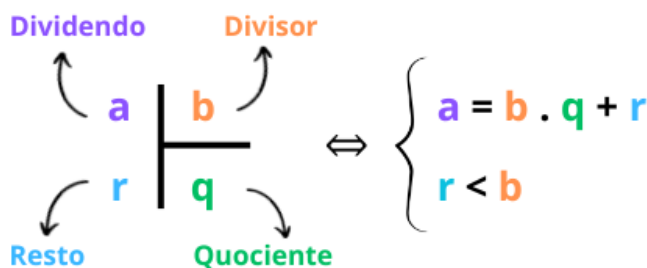
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto " . ", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em $\mathbb{N}$

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E GOVERNO DIGITAL

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

► Fundamentos de Informática

- **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).
- **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.
- **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.
- **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.
- **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.
- **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).
- **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

► Tipos de computadores

- **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.
- **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.
- **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.
- **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

- **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.
- **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.
- **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

HARDWARE, SOFTWARE, PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA, CIDADANIA, HIERARQUIA E DISCIPLINA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

Observação importante:

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO.(art. 42 do CC).

No direito público interno encontra-se, no âmbito da administração direta, que cuida-se da Nação brasileira: União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 41, incs. I, II e III, do CC).

No âmbito do direito público interno encontram-se, no campo da administração indireta, as autarquias e associações públicas (art. 41, inc. IV, do CC). Posto que as associações públicas, pessoas jurídicas de direito público interno dispostas no inc. IV do art. 41 do CC, pela Lei n.º 11.107/2005,7 foram sancionadas para auxiliar ao consórcio público a ser firmado entre entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

Princípios da administração pública

De acordo com o administrativista Alexandre Mazza (2017), princípios são regras condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sua função é informar e materializar o ordenamento jurídico bem como o modo de atuação dos aplicadores e intérpretes do direito, sendo que a atribuição de informar decorre do fato de que os princípios possuem um núcleo de valor

essencial da ordem jurídica, ao passo que a atribuição de en-
formar é denotada pelos contornos que conferem à determinada
seara jurídica.

Desta forma, o administrativista atribui dupla aplicabilidade
aos princípios da **função hermenêutica** e da **função integrativa**.

Referente à função hermenêutica, os princípios são am-
plamente responsáveis por explicitar o conteúdo dos demais
parâmetros legais, isso se os mesmos se apresentarem obscuros
no ato de tutela dos casos concretos. Por meio da função inte-
grativa, por sua vez, os princípios cumprem a tarefa de suprir
eventuais lacunas legais observadas em matérias específicas ou
diante das particularidades que permeiam a aplicação das nor-
mas aos casos existentes.

Os princípios colocam em prática as função hermenêuti-
cas e integrativas, bem como cumprem o papel de esboçar os
dispositivos legais disseminados que compõe a seara do Direito
Administrativo, dando-lhe unicidade e coerência.

Além disso, os princípios do Direito Administrativo podem
ser expressos e positivados escritos na lei, ou ainda, implícitos,
não positivados e não escritos na lei de forma expressa.

Observação importante:

**Não existe hierarquia entre os princípios expressos e implí-
citos.** Comprova tal afirmação, o fato de que os dois princípios
que dão forma o **Regime Jurídico Administrativo**, são meramen-
te implícitos.

Regime Jurídico Administrativo: é composto por todos os
princípios e demais dispositivos legais que formam o Direito
Administrativo. As diretrizes desse regime são lançadas por dois
princípios centrais, ou supraprincípios que são a Supremacia do
Interesse Público e a Indisponibilidade do Interesse Público.

Supremacia do Interesse Público	Conclama a necessidade da sobreposição dos interesses da coletividade sobre os individuais.
Indisponibilidade do Interesse Público	Sua principal função é orientar a atuação dos agentes públicos para que atuem em nome e em prol dos interesses da Administração Pública.

Ademais, tendo o agente público usufruído das prerrogati-
vas de atuação conferidas pela supremacia do interesse público,
a indisponibilidade do interesse público, com o fito de impedir
que tais prerrogativas sejam utilizadas para a consecução de in-
teresses privados, termina por colocar limitações aos agentes
públicos no campo de sua atuação, como por exemplo, a neces-
sidade de aprovação em concurso público para o provimento dos
cargos públicos.

► Princípios Administrativos

Nos parâmetros do art. 37, *caput* da Constituição Federal,
a Administração Pública deverá obedecer aos princípios da
Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos:

▪ **Princípio da Legalidade:** Esse princípio no Direito
Administrativo, apresenta um significado diverso do que
apresenta no Direito Privado. No Direito Privado, toda e
qualquer conduta do indivíduo que não esteja proibida em
lei e que não esteja contrária à lei, é considerada legal. O
termo legalidade para o Direito Administrativo, significa su-
bordinação à lei, o que faz com que o administrador deva
atuar somente no instante e da forma que a lei permitir.

Observação importante: O princípio da legalidade considera
a lei em sentido amplo. Nesse diapasão, compreende-se como
lei, toda e qualquer espécie normativa expressamente disposta
pelo art. 59 da Constituição Federal.

▪ **Princípio da Impessoalidade:** Deve ser analisado sob duas
ótics:

**a) Sob a ótica da atuação da Administração Pública em
relação aos administrados:** Em sua atuação, deve o admi-
nistrador pautar na não discriminação e na não concessão
de privilégios àqueles que o ato atingirá. Sua atuação deverá
estar baseada na neutralidade e na objetividade.

**b) Em relação à sua própria atuação, administrador deve
executar atos de forma impessoal, como dispõe e exige
o parágrafo primeiro do art. 37 da CF/88 ao afirmar que:**
“A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e cam-
panhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo,
informativo ou de orientação social, dela não podendo constar
nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção
pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

▪ **Princípio da Moralidade:** Dispõe que a atuação adminis-
trativa deve ser totalmente pautada nos princípios da ética,
honestidade, probidade e boa-fé. Esse princípio está conexo
à não corrupção na Administração Pública.

O princípio da moralidade exige que o administrador tenha
conduta pautada de acordo com a ética, com o bom senso, bons
costumes e com a honestidade. O ato administrativo terá que
obedecer a Lei, bem como a ética da própria instituição em que
o agente atua. Entretanto, não é suficiente que o ato seja prati-
cado apenas nos parâmetros da Lei, devendo, ainda, obedecer à
moralidade.

▪ **Princípio da Publicidade:** Trata-se de um mecanismo de
controle dos atos administrativos por meio da sociedade. A
publicidade está associada à prestação de satisfação e infor-
mação da atuação pública aos administrados. Via de regra
é que a atuação da Administração seja pública, tornando
assim, possível o controle da sociedade sobre os seus atos.

Ocorre que, no entanto, o princípio em estudo não é ab-
soluta. Isso ocorre pelo fato deste acabar por admitir exceções
previstas em lei. Assim, em situações nas quais, por exemplo, de-
vam ser preservadas a segurança nacional, relevante interesse
coletivo e intimidade, honra e vida privada, o princípio da publi-
cidade deverá ser afastado.

Sendo a publicidade requisito de eficácia dos atos admi-
nistrativos que se voltam para a sociedade, pondera-se que
os mesmos não poderão produzir efeitos enquanto não forem
publicados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL, LEGISLAÇÃO APLICADA À GUARDA CIVIL MUNICIPAL E ATUAÇÃO PREVENTIVA

CONCEITO, FINALIDADE E ORGANIZAÇÃO CONSTITUCIONAL

A segurança pública é a atividade estatal destinada à preservação da ordem pública, à proteção das pessoas e à defesa do patrimônio. Sua atuação não se limita à resposta a crimes já ocorridos. Também envolve prevenção, redução de riscos, presença institucional, planejamento, integração entre órgãos e proteção de espaços de convivência coletiva.

No Estado Democrático de Direito, a segurança deve ser exercida com respeito à legalidade, à dignidade humana, à igualdade e aos direitos fundamentais. A proteção da sociedade não autoriza arbitrariedades, discriminações ou intervenções desproporcionais. O poder público deve agir de forma necessária, adequada e controlável.

Dever estatal, direito social e responsabilidade coletiva

A segurança pública é dever do Estado porque depende de instituições organizadas, profissionais capacitados, recursos, planejamento e políticas permanentes. É direito de todos porque cada pessoa deve receber proteção contra ameaças, violências e riscos indevidos. Também é responsabilidade de todos porque a convivência segura exige respeito às normas, participação comunitária e comunicação de situações de risco.

Essa responsabilidade coletiva não transfere ao cidadão as funções dos órgãos públicos. Ela indica que a prevenção da violência depende da cooperação social e da preservação dos espaços comuns.

► Organização constitucional

Distribuição de competências

A segurança pública é organizada de acordo com a estrutura federativa. União, Estados, Distrito Federal e Municípios possuem responsabilidades próprias e devem cooperar entre si. Cada órgão atua dentro de competências específicas, evitando sobreposição indevida e conflito institucional.

A organização geral pode ser compreendida da seguinte forma:

- Os órgãos federais atuam em matérias de interesse nacional, interestadual ou internacional.
- Os Estados organizam as polícias civis, militares, penais e os corpos de bombeiros militares.
- O Distrito Federal reúne competências equivalentes às estaduais e municipais.
- Os Municípios atuam na segurança urbana, na proteção local e na organização de suas guardas.

Posição dos Municípios

O Município é o ente mais próximo da população e administra escolas, unidades de saúde, praças, parques, terminais, vias e diversos serviços públicos. Por essa razão, participa da prevenção da violência e da proteção dos ambientes urbanos.

A Guarda Civil Municipal é um dos instrumentos dessa atuação. Sua existência depende de criação por lei municipal e sua função deve permanecer vinculada à proteção preventiva, à segurança urbana e ao interesse público local.

CONCEITO E FINALIDADE DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

► Natureza institucional

Instituição civil e municipal

A Guarda Civil Municipal é uma instituição pública de caráter civil, organizada e mantida pelo Município. Sua criação é facultativa e depende de lei local, planejamento administrativo, disponibilidade financeira e definição clara de competências.

O caráter civil não significa ausência de hierarquia, disciplina ou organização. A corporação pode possuir comando, carreira, protocolos operacionais e regras disciplinares, desde que sua estrutura respeite a natureza civil e os princípios da Administração Pública.

Os agentes atuam em nome do Município e não em interesse próprio. Suas ações devem estar relacionadas às atribuições legais, à proteção da coletividade e à finalidade pública.

► Finalidade constitucional

Proteção de bens, serviços e instalações

A Guarda Municipal tem como finalidade proteger bens, serviços e instalações do Município. Essa proteção não deve ser compreendida apenas como vigilância de prédios ou defesa de objetos materiais. A proteção alcança o funcionamento dos serviços e a segurança das pessoas que utilizam os espaços municipais.

Uma escola municipal, por exemplo, não é apenas um edifício. É um ambiente frequentado por estudantes, profissionais e famílias. Proteger a escola significa preservar sua estrutura, prevenir riscos e contribuir para que o serviço educacional funcione com segurança.

A mesma lógica vale para unidades de saúde, praças, parques, terminais, prédios administrativos e demais equipamentos públicos.

► **Atuação preventiva e comunitária**

Prevenção de riscos e conflitos

A prevenção é elemento central da atuação da Guarda. Ela ocorre por meio do patrulhamento, da presença visível, da identificação de riscos, da orientação da população e da atuação antecipada diante de situações que possam evoluir para violência ou dano.

A atuação comunitária aproxima a instituição da população e melhora a compreensão dos problemas locais. Essa proximidade deve ser profissional, impessoal e voltada ao interesse coletivo.

As principais finalidades institucionais podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- Proteger o patrimônio, os serviços e os espaços municipais.
- Preservar a segurança dos usuários e dos servidores públicos.
- Prevenir infrações e reduzir riscos no território municipal.
- Atuar de forma comunitária, orientadora e mediadora.
- Cooperar com outros órgãos em ações integradas.

Mediação e cultura de paz

A Guarda pode atuar na redução de tensões e na mediação de conflitos quando a situação permitir. O objetivo é evitar o agravamento do problema, preservar a integridade das pessoas e encaminhar corretamente a demanda.

Entretanto, situações de violência, ameaça grave ou infração em andamento podem exigir contenção, proteção da vítima e encaminhamento à autoridade competente.

ORGANIZAÇÃO JURÍDICA E INSTITUCIONAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

► **Criação e estrutura**

Instituição por lei municipal

A Guarda Civil Municipal deve ser criada por lei do próprio Município. Essa lei deve estabelecer sua vinculação administrativa, competências, cargos, forma de ingresso, estrutura de comando, deveres, direitos e mecanismos de controle.

A criação da corporação exige mais do que autorização formal. O Município precisa planejar instalações, equipamentos, orçamento, formação profissional, protocolos operacionais e integração com outras instituições. Sem essa estrutura, a Guarda pode existir juridicamente, mas funcionar de modo precário.

Autonomia municipal e limites jurídicos

O Município possui autonomia para organizar sua Guarda conforme as necessidades locais. Pode definir unidades especializadas, turnos, áreas prioritárias, progressão funcional e procedimentos internos. Entretanto, não pode atribuir à corporação funções exclusivas de outros órgãos nem afastar princípios obrigatórios de atuação.

► **Princípios institucionais**

Direitos humanos, preservação da vida e proporcionalidade

A atuação da Guarda deve proteger a dignidade humana, os direitos fundamentais e a integridade das pessoas. Esses valores orientam abordagens, patrulhamento, mediação de conflitos e uso da força.

A força somente pode ser utilizada quando necessária, em intensidade proporcional ao risco e pelo tempo indispensável ao controle da situação. O objetivo deve ser interromper a ameaça com o menor dano possível.

Os princípios essenciais da atuação institucional incluem:

- Proteção dos direitos e das liberdades fundamentais.
- Preservação da vida e redução de danos.
- Patrulhamento preventivo e comunitário.
- Uso necessário, progressivo e proporcional da força.
- Atuação imparcial, profissional e não discriminatória.

► **Carreira, formação e disciplina**

Ingresso e capacitação

O ingresso na carreira ocorre por concurso público. A formação inicial deve preparar o agente para a realidade municipal, incluindo legislação, direitos humanos, técnicas operacionais, mediação, atendimento ao público, primeiros socorros e segurança da informação.

A capacitação continuada é indispensável porque a atividade de segurança exige atualização permanente. Mudanças sociais, tecnológicas e institucionais afetam os métodos de trabalho e os riscos enfrentados.

Hierarquia e responsabilidade

A hierarquia organiza o comando e distribui responsabilidades. Ela não autoriza abuso, humilhação ou ordem ilegal. A chefia deve emitir determinações claras e legítimas, enquanto o agente deve cumprir ordens regulares e recusar determinações manifestamente ilegais.

Corregedoria, ouvidoria, controle interno e participação social contribuem para prevenir irregularidades, apurar condutas e fortalecer a confiança da população.

COMPETÊNCIAS, LIMITES E APLICAÇÃO PRÁTICA

► **Competências da Guarda Civil Municipal**

Proteção preventiva e segurança urbana

A Guarda Civil Municipal pode realizar patrulhamento preventivo, proteger espaços e serviços municipais, atuar na segurança urbana e intervir diante de riscos concretos. Sua presença não precisa ficar restrita ao interior de prédios públicos, pois a proteção dos serviços e da população exige atenção ao território municipal.

A corporação também pode colaborar em ações de trânsito, defesa civil, proteção ambiental e segurança escolar, desde que exista competência legal, capacitação e integração com os setores responsáveis.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!